

## **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS**

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na cidade de La Antigua Guatemala, Guatemala, por ocasião da XXVI Cúpula Ibero-Americana:

Salientamos a importância da conservação e do uso sustentável dos oceanos e dos seus recursos para o desenvolvimento sustentável dos Estados. Enfatizamos também a importância da proteção da biodiversidade e do meio marinho, bem como das medidas para fazer face aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Reconhecemos a relevância das medidas adotadas a nível global e regional que conduzem à proteção da diversidade biológica marinha em zonas de dentro e fora da jurisdição nacional, o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR), bem como a conservação e proteção do meio ambiente marinho em geral.

Sublinhamos as medidas de implementação adotadas pelos países da região em relação ao "Acordo sobre medidas dos Estados do porto destinadas a prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada", com o objeto de garantir o uso sustentável e a conservação a longo prazo dos recursos oceânicos vivos e dos ecossistemas marinhos.

Reconhecemos a necessidade de adotar medidas urgentes para acautelar significativamente todo o tipo de contaminação marinha.

Reconhecemos o importante papel dos oceanos como um espaço essencial para o desenvolvimento dos nossos países, principalmente dos países em desenvolvimento, que representará um desafio global e regional para a conservação sustentável dos ecossistemas e a proteção do meio marinho em geral.

Reconhecemos o importante papel dos oceanos como recurso essencial para o desenvolvimento dos nossos países, que representa, por sua vez, um desafio global e regional para alcançar a conservação e o uso sustentável dos seus ecossistemas e a proteção do meio marinho.

Reiteramos a importância de que se reveste, para toda a humanidade, a manutenção dos oceanos saudáveis, a conservação dos seus recursos, e a sua relação com a mudança do clima, bem como a necessidade de adotar ações e medidas concretas para enfrentar as ameaças que o afetam e que têm incidência direta nos países da região, nos seus habitantes e nas comunidades costeiras.

Salientamos também a urgência na tomada de medidas para reduzir os impactos da mudança do clima nos oceanos, criando, fortalecendo e utilizando conhecimentos científicos avançados, a assistência técnica e a cooperação internacional disponível. Nesse sentido, destacamos a importância do relatório especial do Grupo Intergovernamental de Peritos em Alterações Climáticas IPCC, sobre os oceanos e a criosfera, a ser apresentado em 2019, que permitirá contar com uma base científica para políticas mais sólidas de combate aos efeitos adversos do aquecimento global nos oceanos e nas zonas marinhas costeiras, bem como a resiliência das populações costeiras.

Reafirmamos o nosso compromisso para o cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o número 14: “Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o Desenvolvimento Sustentável”. Destacamos a importância e o sucesso da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para o apoio ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 “*Conferência sobre os Oceanos/The Ocean Conference*”, realizada em junho de 2017, e reiteramos a importância da declaração “Apelo à Ação/*Call for Action*”, para demonstrar a vontade coletiva de tomar medidas para conservar e utilizar, de modo sustentável, os nossos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, realçando a necessidade de implementar ações a longo prazo para abordar as causas que depreciam o papel insubstituível da importância do estado saudável dos oceanos.

Reconhecemos, nesse sentido, a importância de se considerar a inclusão da conservação dos oceanos e do uso sustentável dos seus recursos nas nossas políticas climáticas, em particular nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs) indicadas no Acordo de Paris, bem como o estabelecimento de compromissos voluntários ou o fomento de medidas, nas nossas atividades diárias, que permitam contribuir para a conservação e uso sustentável dos oceanos.

Ressaltamos a importância de continuar, no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o processo de negociação para criar um instrumento internacional juridicamente vinculativo, no enquadramento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para regulamentar a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha para além da zona jurisdicional do Estado. Sublinhamos, também, que nem a participação nas negociações nem o seu resultado afetará a situação jurídica dos Estados que não são parte da referida Convenção.